



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 23, de 17 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a concessão de auxílios, subvenções, contribuições a entidades sem finalidade lucrativa e ajuda financeira às pessoas carentes no Município de Planura-MG, para o exercício de 2026 e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANURA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. A destinação de recursos públicos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, no âmbito do Município de Planura no exercício de 2026, é autorizada nos termos desta Lei.

§ 1º. Os recursos a que se refere o *caput* podem ser financeiros ou materiais, transferidos na forma de auxílio, contribuição ou subvenção.

§ 2º. Adicionalmente a esta lei deverão ser observadas as condições estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias e os limites orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais.

Art. 2º. Podem ser beneficiárias de recursos públicos do Município pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que se enquadrem nas seguintes hipóteses:

- I – Pessoas físicas domiciliadas no município e comprovadamente carentes;
- II – Pessoas jurídicas de direito privado, sem finalidade lucrativa, com atuação nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, meio ambiente e cultura.

Art. 3º. A transferência de recursos públicos às pessoas físicas descritas no inciso I do artigo anterior somente serão concedidas mediante o atendimento das seguintes condições:

- I – Comprovação do domicílio e da carência da pessoa física *beneficiária* efetuada pelo Departamento de Promoção Humana e setor de Assistência Social,
- II – Enquadramento em um dos programas e ações constantes do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias e,
- III – Obedecer aos demais critérios estabelecidos em Decreto.
- IV – Apresentação de toda a documentação relacionada a liberação dos recursos previstos nesta lei até o dia 10 de março de 2026.

Art. 4º. A transferência de recursos públicos às pessoas jurídicas descritas no inciso II do artigo 2º, somente serão concedidas mediante o atendimento das seguintes condições:

- I – Prévia aprovação do plano de trabalho proposto pela pessoa jurídica proponente;
- II – Prova de funcionamento regular nos últimos dois anos, mediante declaração firmada pelo dirigente da entidade;
- III – Apresentação de prova de regularidade do mandato de sua diretoria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS

I – Quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, inclusive mediante procedimentos de tomada de contas especial executada pelos órgãos do Município de Planura;

II – Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos;

III – Atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas;

IV – Quando a Entidade beneficiária deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município de Planura.

V – Quando a entidade não comprovar a regularidade fiscal relativa à Seguridade social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS);

Art. 7º. Não poderá ser efetuada transferência de recursos públicos a pessoa jurídica que:

I – Não tenha prestado contas da aplicação dos recursos anteriormente recebidos;

II – Tenha uma das prestações de contas rejeitadas por irregularidade insanável;

III – Tenha como dirigente pessoa que exerça mandato eletivo ou cargo público admissível e demissível ad nutum no âmbito do Município de Planura.

Art. 8º. As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas com recursos públicos transferidos na forma dessa lei submeter-se-ão à fiscalização do Município de Planura com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

Art. 9º. As Entidades beneficiadas com recursos públicos transferidos na forma dessa lei prestarão contas dos recursos recebidos.

Art. 10. Fica autorizado o Poder Executivo regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Planura - MG, 17 de outubro de 2025.


ANTONIO LUIZ BOTELHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CONTRIBUIÇÕES

Seq.	ENTIDADE	CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	RECURSO	VALOR R\$
1	Associação Mineira de Municípios - AMM	02.01.04.122.0601.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	18.000,00 ¹
2	Confederação Nacional Municípios - CNM	02.01.04.122.0601.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	10.000,00 ¹
3	Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas – AMUSUH	02.01.04.122.0601.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	13.400,00 ¹
4	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG	02.16.20.608.0576.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	120.200,00 ¹
	TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES			161.600,00

SUBVENÇÕES SOCIAIS

Seq.	ENTIDADE	CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	RECURSO	VALOR R\$
1	Conselho de Segurança Pública CONSEP	02.01.06.181.0602.2.083.3.3.50.00	1.500.0000000	550.000,00 ²
2	Fundação Pio XII de Barretos	02.08.10.302.0430.2.900.3.3.50.00	1.500.1002000	47.170,00
3	Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central – Hospital Hélio Hagotti	02.08.10.302.0430.2.900.3.3.50.00	1.500.1002000	2.120,00
4	Associação Profissionalizante Jovem Cidadão – Guarda Mirim de Planura	02.09.08.243.0483.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	40.000,00
5	Abrigo Gabriel Luiz Ribeiro	02.09.08.244.0488.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	190.800,00 ¹
6	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC	02.09.08.244.0488.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	50.880,00 ¹
7	Assistência Social Pio XII	02.09.08.244.0488.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	159.000,00 ¹
8	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	02.13.12.367.0188.2.900.3.3.50.00	1.500.1001000	226.840,00 ¹
9	Colônia de Pescadores Profissionais de Planura	02.16.20.608.0576.2.900.3.3.50.00	1.500.0000000	14.000,00
	TOTAL DAS SUBVENÇÕES			1.280.810,00

¹ Valores definido por meio de determinação judicial ou convênio nos quais estabeleceram valor fixo.

² Valor corresponde as despesas do CONSEP mais as despesas convênio da Polícia Militar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 23/2025, que dispõe sobre a concessão de auxílios, subvenções, contribuições a entidades sem finalidade lucrativa e ajuda financeira às pessoas carentes no Município de Planura—MG, para o exercício de 2026.

A proposta tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar transferências de recursos públicos, financeiros ou materiais, a pessoas físicas comprovadamente carentes e a entidades de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de interesse social nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, meio ambiente e cultura, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

O Projeto de Lei estabelece critérios claros e objetivos para a concessão e aplicação desses recursos, bem como regras para apresentação de planos de trabalho, comprovação de regularidade fiscal e prestação de contas, garantindo maior transparência, legalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A medida busca assegurar a continuidade e o fortalecimento das ações de cunho social e assistencial desenvolvidas em parceria com instituições e cidadãos que contribuem significativamente para o bem-estar da comunidade planurense, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante da relevância da matéria, conto com a análise e aprovação do presente Projeto de Lei por esta Egrégia Câmara Municipal.

Planura/MG, 17 de outubro de 2025.


ANTONIO LUIZ BOTELHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 181/2025

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei nº 23/2025.

Senhor Presidente,


Senhores Vereadores,

Exmo. (a) Senhor(a) Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação desta Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 23/2025, que dispõe sobre a concessão de auxílios, subvenções, contribuições a entidades sem finalidade lucrativa e ajuda financeira às pessoas carentes no Município de Planura–MG, para o exercício de 2026.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais integrantes desta Egrégia Câmara Municipal meus protestos de elevada estima e consideração.

Planura/MG, 17 de outubro de 2025.


ANTONIO LUIZ BOTELHO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Planura



PROTOCOLO GERAL 145/2025
Data: 17/10/2025 - Horário: 13:31
Legislativo - PLO 23/2025